

Jurisprudência em Sinopse¹



STF

- Decisão em Reclamação Constitucional, suspendendo ação trabalhista em que o TRT-3 reconheceu subordinação e vínculo de emprego de advogada em face de sociedade em que figurava, ante a legalidade de terceirização e “pejotização” já reconhecida pelo STF (Liminar, DIAS TOFFOLI) [Rcl 53.899](#)



TST²

- O prazo para a interposição de Correição Parcial, medida administrativa, não está sujeito a interrupção ou suspensão (Órgão Especial, ALOYSIO DA VEIGA).

[TST-Ag-CorPar-100023-35.2022.5.00.0000](#)

- Matéria envolvendo rescisão indireta por ausência de recolhimento de FGTS não implica violação à CF apta a fazer admitir recurso de revista (SBDI-1, ALOYSIO DA VEIGA). [TST-E-RR-1159-31.2019.5.20.0001](#)

- Em ação rescisória, a não configuração de grupo familiar pode acolhida se se cogitar do reenquadramento dos fatos apurados na decisão rescindenda (SBDI-II, MORGANA RICHA). [TST-RO-1000582-45.2016.5.02.0000](#)

¹ Sinopse elaborada pelo NUGEP-NAC do TRT-9ª, resumindo as ementas em única frase. Os links remetem a dados do processo, acórdão e ementa.

² [Informativo TST 256](#)

■ Mandado de segurança contra a alteração substancial do conteúdo de acordo homologado pelo Juízo, mormente quando configurada a preclusão *pro judicato* (SBDI-II, AGRA BELMONTE). [TST-RO-80309-78.2017.5.22.0000](#)

■ Mandado de segurança contra a reintegração de empregado em compromisso público de banco de não promover dispensas nos primeiros meses da pandemia da COVID, por não afastar o direito de potestativo do empregador (SBDI-II, VALADÃO LOPES). [TST-ROT-104267-73.2020.5.01.0000](#)

■ Na contradição entre a ementa e o voto do relator em relação ao dispositivo e à gravação da sessão, prevalecem as notas da degravação da sessão de julgamento (SBDI-II, ALBERTO BALAZEIRO). [TST-ED-ROT-20473-73.2020.5.04.0000](#)

■ O atleta profissional de basquete que não firmou o contrato especial de trabalho desportivo não faz jus à cláusula compensatória desportiva (2T, FREIRE PIMENTA). [TST-ARR-10408-85.2017.5.15.0010](#)

■ O prêmio-produção incorporado implica ato jurídico perfeito e não pode ser suprimido após a Reforma Trabalhista (3T, GODINHO DELGADO). [TST-RRAg-370-55.2020.5.23.0052](#)

■ Carteiro que perde integralmente a capacidade laborativa tem direito a pensão mensal de 100% da remuneração dos empregados da mesma função (3T, FREIRE PIMENTA). [TST-ARR-917-51.2013.5.05.0017](#)

■ O intervalo intrajornada parcial e as horas *in itinere* pagos habitualmente não podem ser suprimidos após a Reforma Trabalhista (3T, ALBERTO BALAZEIRO). [TST-RR-11881-18.2019.5.15.0049](#)

■ Com base em precedente de que a alteração legislativa não atinge contratos em curso, o auxílio alimentação não pode ser suprimido após a vigência da Reforma Trabalhista (3T, ALBERTO BALAZEIRO). [TST-RR-11618-69.2019.5.15.0086](#)

- Trabalhador que foi vítima de queimaduras de 3º grau, em decorrência de explosão, tem reconhecido direito à indenização por danos materiais (parcela única), danos morais e estéticos (4T, Min. IVES GANDRA). [TST-AIRR-693-48.2017.5.08.0128](#)
- Agente comunitário de saúde não desenvolve atividade assemelhada à de hospitais e estabelecimentos de saúde e não tem direito a adicional de insalubridade (5T, BRENO MEDEIROS). [TST-Ag-RR-21788-98.2017.5.04.0661](#)
- A contratação de aprendizes não é obrigatória para os condomínios residenciais (5T, BRENO MEDEIROS). [TST-RR-212-30.2019.5.13.0014](#)
- Homologada a renúncia do autor à pretensão do IPCA-E, afasta-se insurgência da ré e retratação do autor, mesmo após o julgamento da ADC 58, já que o pleito foi extinto com julgamento de mérito (art. 487, III, "c", do CPC). (7T, CLÁUDIO BRANDÃO). [TST-AIRR-90-23.2019.5.14.0003](#)
- Empregada pública contratada após a Emenda Constitucional 19/1998 não tem direito à estabilidade (7T, CLÁUDIO BRANDÃO). [TST-RR-748-16.2013.5.10.0861](#)
- O Diretório Nacional de Partido Político não responde por dívidas trabalhistas do Diretório Regional (8T, DELAÍDE ARANTES). [TST-RR-10975-70.2019.5.18.0008](#)
- Ao trabalhador em empresa de cruzeiros marítimos contratado no Brasil antes da ratificação da Convenção 186, da OIT, que navega em águas internacionais aplica-se o direito trabalhista da nacionalidade da embarcação (8T, AGRA BELMONTE). [TST-RR-1001602-25.2016.5.02.0080](#)
- Dispensa coletiva de empregados à véspera de aposentadoria sob o pretexto do menor impacto social é discriminatória e inválida (8T, AGRA BELMONTE). [TST-RRAg-20665-84.2017.5.04.0008](#)

Célio Horst Waldraff
Desembargador Presidente
do NUGEPNAC do TRT-PR

Dúvidas ou sugestões:
nugep@trt9.jus.br - Ramal 3310-7153
Al. Doutor Carlos de Carvalho, 528
2º andar do prédio anexo